

---

# CIDADE E FLORESTA: PAISAGENS, INTERAÇÕES E HORIZONTES DE VIDA URBANA NA AMAZÔNIA

CITY AND FOREST: LANDSCAPES, INTERACTIONS AND HORIZONS OF URBAN LIFE IN THE AMAZON

VILLE ET FORÊT: PAYSAGES, INTERACTIONS ET HORIZONS DE LA VIE URBAINE DANS L'AMAZONIE

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior<sup>1</sup>

---

**RESUMO:** Novas relações têm sido responsáveis por substanciais transformações na vida urbana da Amazônia, especialmente a partir da década de 1960. Este artigo tem como objetivo chamar a atenção para algumas dessas transformações, principalmente no que se refere à relação entre cidade e floresta. Apoiado em bibliografia específica, fontes documentais e visitas de campo em cidades amazônicas de distintos perfis, busca-se caracterizar formas de interação entre cidade e entorno por meio de dois conceitos principais: “cidades da floresta” e “cidades na floresta”. Por fim, chama-se a atenção para importantes elementos da vida sociocultural regional, de forma a vislumbrar “cidades para a floresta”, capazes de abrigar uma vida urbana em maior sintonia com as demandas regionais.

**Palavras-chave:** Cidade. Floresta. Paisagens. Interações. Vida urbana. Região amazônica.

**ABSTRACT:** New relationships have been responsible for substantial changes in urban life in the Amazon, especially since the 1960s. This article aims to draw attention to some of these changes, especially with regard to the relationship between city and forest. Utilizing a specific bibliography, documentary sources and field visits in Amazonian cities of different profiles, we seek to characterize forms of interaction between city and its surroundings employing two main concepts: «cities of the forest» and «cities in the forest». Finally, attention is drawn to important elements of regional sociocultural life, in order to envision «cities for the forest», capable of housing urban life in greater harmony with regional demands.

**Keywords:** City. Forest. Landscapes. Interactions. Urban life. Amazon region.

---

<sup>1</sup> Geógrafo e Bacharel em Direito, Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é Professor Titular do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da UFPA, líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ordenamento Territorial e Urbanodiversidade na Amazônia (Geourbam) e pesquisador IC do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), entidade do governo brasileiro voltada para o desenvolvimento científico e tecnológico. E-mail: stclair@ufpa.br.

Artigo recebido em julho de 2020 e aceito para publicação em fevereiro de 2021.

**RÉSUMÉ:** Des nouvelles relations ont été responsables par substantiels changements dans la vie urbaine de l'Amazonie, notamment depuis les années 1960. Le but de cet article est d'attirer l'attention sur certains de ces changements, et en particulier sur les relations entre les villes et la forêt amazonienne. Soutenu par une bibliographie spécifique, des sources documentaires, ainsi que des informations obtenues sur le terrain dans différentes villes amazoniennes, on cherche à caractériser les formes d'interaction entre ville et environnement à travers deux concepts centraux: «les villes de la forêt» et «les villes dans la forêt». En conclusion, on cherche à mettre en évidence l'importance des éléments socioculturels de la vie régionale afin d'envisager des «villes pour la forêt», capables de loger une vie urbaine plus proche des besoins régionaux.

**Mots-clés:** Ville. Forêt. Paysages. Les interactions. Vie urbaine. Région amazonienne.

## **INTRODUÇÃO**

Se no passado, conforme Oliveira (2000), as chegadas às cidades ribeirinhas eram anunciadas ao se avistar as torres das igrejas, com os anos, tornou-se comum contemplá-las primeiramente em razão das antenas das companhias telefônicas que nelas passaram a se instalar, mais altas que as daqueles templos religiosos. Recentemente, entretanto, não foi nem uma e nem outra modalidade de torre que nos foi anunciada na última visita feita a uma dessas cidades.

A chegada, nesse caso, não foi detectada por um objeto visível na paisagem urbana, que insistíamos em buscar com os olhos, mas sim através da audição, pelos sinais de conexão dos celulares que estavam a bordo da lancha na qual estávamos viajando. De repente, começamos a ouvir os sons desses aparelhos, por um tempo mudos durante o percurso realizado, que sinalizavam a presença de rede de conexão aos seus donos, fazendo-nos deduzir que a cidade estava próxima sem ao menos termos visto ao longe sua silhueta, como era de costume.

Essa constatação nos fez considerar o quanto as nossas cidades ditas tradicionais (BECKER, 1990) passam por mudanças, ainda que muitas vezes sejamos levados a vê-las como se estivessem paradas no tempo. Negando esta última percepção, a situação acima relatada comprova que tais cidades se encontram interligadas a outros tempos e a outros espaços que não somente àqueles que lhes estão relativamente próximos. Por isso, nem sempre a torre da igreja e nem mesmo a torre telefônica tradicional nos indicam necessariamente a proximidade delas, mas sim objetos outros, como os *smartphones* que portamos conosco.

Diante disso, algumas questões podem ser colocadas de forma a que possamos, nesta oportunidade<sup>2</sup>, refletir sobre essas realidades urbanas: é possível considerar as cidades ditas tradicionais paradas no tempo? Que elementos do período atual, chamado por Santos (1996) de técnico-científico informacional, definem os novos conteúdos das cidades amazônicas? E, por fim, qual o papel reservado à floresta e ao rio na definição da paisagem e dos conteúdos urbanos no contexto regional em que se inserem?

Aqui a ideia de floresta é apenas uma metáfora, uma vez que se quer falar mesmo é da Amazônia enquanto uma região e enquanto espaço socialmente produzido, e não simplesmente como um bioma ou um espaço natural. Sendo aquela, a floresta, o principal elemento configurador da paisagem, ela aparece assim como um forte identificador de uma identidade regional.

Sua presença, entretanto, como um dos principais configuradores da particularidade amazônica não nos autoriza a concebê-la separadamente das relações sociais nas quais se insere e que nela se projetam de forma mais ou menos visível na paisagem. Isso

possibilita falar até mesmo da difusão da sociedade urbana (LEFÈBVRE, 1999) no interior da floresta, destituindo-a não apenas da condição de simples paisagem natural, mas igualmente da sua configuração apenas associada a ruralidades. Essas premissas nos servem de base para as ideias que serão, na sequência, desenvolvidas.

Assim, após se estabelecer inicialmente a diferenciação conceitual entre paisagem e espaço, busca-se argumentar sobre a presença, na vida regional, das cidades *da* floresta, tidas como uma herança do passado e, ao mesmo tempo, um contraponto às cidades *na* floresta; estas cada vez mais difundidas no contexto de modernização da Amazônia. Finaliza-se com a sistematização de elementos teórico-conceituais que sinalizam para a possibilidade de pensarmos efetivamente em cidades *para* a floresta, concebidas como verdadeiros horizontes de vida urbana na região.

## **1 FORMAS E CONTEÚDOS SOCIOESPACIAS**

Avançar na discussão acima problematizada, pressupõe, antes de tudo, fazer a diferenciação entre paisagem e espaço, conforme os ensinamentos de Santos (1988), que considera o espaço como uma instância da sociedade (SANTOS, 1986); instância sem a qual a dinâmica social não pode existir. Para Santos:

a paisagem é diferente do espaço. A primeira é a materialização de um instante da sociedade. Seria, numa comparação ousada, a realidade de homens fixos, parados como numa fotografia. O espaço resulta do casamento da sociedade com a paisagem. O espaço contém o movimento... (SANTOS, 1988, p. 72).

O autor sugere pensar a paisagem como tudo aquilo que os nossos sentidos captam e alcançam, expressando-se sobretudo em formas e objetos espaciais. O espaço, por seu turno, é mais do que isso. Ele inclui aqueles elementos, mas, para além deles, alcança os movimentos da sociedade que dão sentido a essas mesmas formas e objetos. Dessa maneira, interpretações mecânicas que relacionam campo à vida rural e cidade à vida urbana, não são suficientemente esclarecedoras para entender o que acontece, por exemplo, em regiões como a Amazônia, onde a relação dialética que se estabelece entre a forma e o conteúdo socioespacial não permite demarcações tão rígidas entre vida rural e vida urbana.

A cidade e o campo, como formas espaciais, revelam assim a experiência da paisagem sensível que a nós se apresenta por meio de objetos ou por um conjunto deles (edificações, plantações, rodovias, árvores, córregos etc.), estando, por isso, no plano do visível ou daquilo que todos os nossos sentidos são capazes de apreender (SANTOS, 1988). Destarte, ao olharmos para a floresta enquanto forma espacial, é principalmente a natureza e o mundo rural que a nós se apresentam no nível do aparente, do perceptível; ainda que nem sempre isso possa ser de fato constatado se considerarmos, por outro lado, a dinâmica das relações e dos conteúdos socioespaciais que nela se fazem presentes.

Tal complexidade nos faz reconhecer, em regiões como a Amazônia, conteúdos urbanos em espaços cujas formas dominantes remetem ao campo e à floresta; o inverso também se faz verdadeiro, quando olhamos formas ditas urbanas preenchidas e animadas por conteúdos convencionalmente reconhecidos como rurais. Dois planos aqui se apresentam, o da tecnosfera ou da esfera técnica, manifesta nas formas e nos objetos espaciais, e o da psicofera, o da esfera dos comportamentos e dos valores (SANTOS, 1996).

A preocupação em ultrapassar leituras dicotômicas, que nos levam a conceber sempre o campo com conteúdo rural e a cidade sempre com conteúdo urbano, é que nos fez propor, para o entendimento da Amazônia urbana, as noções de cidades *da* floresta e de cidades *na* floresta (TRINDADE JUNIOR, 2013); noções essas que aqui buscamos retomar no propósito de avançarmos ainda mais nessa discussão.

## **2 CIDADES DA FLORESTA E CIDADES NA FLORESTA**

Aquilo que na Amazônia tem sido tratado conceitualmente como cidade tradicional (BECKER, 1990), traz em seu conteúdo socioespacial fortes elementos do mundo rural e da floresta; daí podermos falar de cidades *da* floresta quando nos referimos a algumas formações urbanas presentes nessa região. Mas, o que seriam essas cidades?

Para além de serem cidades tradicionais, conforme as identificou Becker (1990), do ponto de vista da formação histórica e cultural regional, esse tipo de cidade afirma estreitos vínculos regionais e locais com o mundo rural, e mais especificamente ainda com a vida da floresta. No caso amazônico, por serem normalmente cidades não inseridas em grandes circuitos globais de produção e de difusão do consumo, mantêm uma sorte de enraizamento de sua população – do ponto de vista econômico, social e cultural – com a dinâmica que se faz presente no interior da floresta.

Tal caracterização não implica em dizer que tais cidades estejam alheias ao mundo globalizado. Elas participam dessa inserção em processos mais gerais indubitavelmente, e isso se dá notadamente pela presença das recentes formas de comunicação, mas isso acontece sem que elas percam a estrita dinâmica com o espaço local e regional nos quais se inserem de maneira mais imediata.

A ideia de horizontalidade, presente em Santos (1996), ajuda-nos a compreender esse tipo de relação com a “ordem próxima” (LEFEBVRE, 1991) nas quais se encontram imersas, marcada por relações menos assimétricas e em maior contato com o entorno; remetendo-as às fortes “solidariedades orgânicas” (SANTOS, 1996), que colocam a vida urbana em estreita sintonia com a vida da floresta e com as formas de reprodução econômicas, sociais e culturais que nesta última se fazem presentes. Com isso, dão apoio, por meio de suas centralidades locais, às atividades marcadamente rurais que estão próximas.

Muitos dos seus equipamentos, ditos urbanos, colocam-se a serviço dessa vida e desses conteúdos socioespaciais que dessas cidades dependem. Por isso, nelas o tempo é “mais lento” (SANTOS, 1996), menos veloz, e os ritmos da natureza ainda demarcam, mesmo que parcialmente, alguns dos movimentos que definem a dinâmica intraurbana. Daí a natureza das relações horizontais (SANTOS, 1996) aí presentes, responsáveis por conferir o perfil de proximidade, de continuidade e de contiguidade entre cidade e floresta.

É essa mesma interação com o ambiente e com o entorno que define a intensa relação e dependência com o rio e com a floresta, vistos, dentre outros, como recursos econômicos, como espaços de circulação, como espaços de usos domésticos, como possibilidades de lazer e como campos de representações simbólico-culturais (lendas, crenças, valores, tradições etc.). Pela sua natureza rural e urbana e pelo pouco peso das atividades de grande porte nelas existentes, são cidades que exercem pouca pressão sobre o meio ambiente em que se inserem, preservando em muito os elementos e recursos naturais dos quais dependem.

A organicidade da vida urbana com esses elementos não nos permite falar, portanto, de ruptura dessas cidades com a floresta, ainda que sejam criações humanas como qualquer

outra cidade, onde se fazem presentes a artificialidade das formas construídas e mesmo de suas relações sociais. Isso porque trazem para dentro de si valores que, muitas vezes, perpetuam tradições culturais, econômicas e históricas que são próprias da vida que se estabelece no entorno delas. Poderíamos, em razão de toda essa caracterização, adjetivá-las de cidades das agrovivências, pois nelas o mundo rural não é negado; antes, pelo contrário, nelas encontram apoio e mesmo projeção.

Quanto às formas de circulação, as cidades *da* floresta não dispensam os transportes mais tradicionais, a exemplo daqueles feitos através dos rios. Mesmo aquelas que incorporam a rodovia como forma de conexão com os demais espaços regionais e nacionais, não prescindem da circulação mais tradicional. Em alguns casos, é perceptível a maneira como a conexão rodoviária altera o padrão da estrutura urbana, mas, de qualquer forma, há nelas a permanência de toda uma psicosfera de valores e comportamentos, para usar os termos de Santos (1996), que perpetua a forte ligação do rio por meio de diferentes interações.

Na visita que fizemos a uma dessas cidades, pudemos apreendê-la da seguinte forma:

por isso, apesar de suas antenas atuais lhe conectarem ao mundo, a cidade tem raízes profundas não captadas pelo olhar que enxerga o que é apenas sensível aos sentidos. Tais raízes fazem com que o ritmo rápido não consiga roubar-lhe o encanto dos outros tempos que a constituem. Em sua geografia, elas, as raízes, começam na terra firme, estendem-se pela várzea, comunicam-se com o igapó e penetram no rio, bebendo de suas águas. Na sua história, elas respiram vestígios do passado colonial missionário e pombalino, da época gomífera e da fase mais recente, própria de atividades agroestrativistas – como a castanha, a madeira, a juta e a pecuária – que deixaram registros em seu arquetipo urbano.

Relativamente distante das frentes de modernização que adentraram a Amazônia, notadamente a partir do século XX, muito do seu passado colonial e dos períodos seguintes, mesmo precariamente, ainda se fazem presentes em objetos, formas e desenhos espaciais e arquitetônicos que a caracterizam. Quase que regularmente distribuídos pelo seu tecido urbano, o prédio da prefeitura, o mercado municipal, a igreja matriz, o museu da cidade, a escola Fulgêncio Simões, as residências e as casas comerciais expressam, mesmo descaracterizadas, marcas da história na simplicidade de sua forma, de sua estética e de sua volumetria urbana (TRINDADE JUNIOR, 2017, p. 03).

Em um outro extremo de vida urbana têm-se as cidades *na* floresta que normalmente são formações urbanas mais recentes, que acompanham a difusão de atividades econômicas mais modernas no interior da região e que, por conta disso, estabelecem uma ruptura mais flagrante com o passado regional, corroborando para a construção do chamado meio técnico-científico informacional (SANTOS, 1996), com o espaço modernizado, e que, no caso amazônico, passa a se instalar também, ainda que pontualmente, no interior da floresta.

Criadas ou transformadas para esses fins, essas cidades contribuem para a urbanização do território na Amazônia, proporcionando uma estrutura urbana relativamente moderna e, na maioria das vezes, altamente conectada aos circuitos globais de produção e de informação. Por sua natureza, configuram-se também como cidades “econômicas” e “corporativas” (SANTOS, 1993), uma vez que se colocam sob o comando de uma ou mais empresas de grande importância para a vida local. Esse tem sido o perfil, por exemplo, de

muitas cidades onde se fazem presentes empresas de exploração mineral e de exportação de produtos agrícolas e que, quando localmente instaladas, dão ritmos à cidade de uma maneira extraordinariamente diferenciada das cidades *da* floresta.

Mesmo quando pequenas, essas cidades não são locais, haja vista que elas estão muito mais articuladas ao mundo globalizado, a interesses extrarregionais, que propriamente com os espaços locais, a estes proporcionando pouco ou mesmo nenhum retorno econômico; ao mesmo tempo em que tais espaços passam a arcar com os impactos provocados pelas atividades econômicas nelas ou no seu entorno instaladas.

Diferentemente das cidades *da* floresta, portanto, seus principais vínculos são precipuamente externos. Estabelecem, com isso, muito mais verticalidades e “solidariedades organizacionais” (SANTOS, 1996), dado o comando corporativo a que se sujeitam; comando este estabelecido por empresas e empreendedores interessados na exploração econômica regional sem que isso repercuta significativamente e necessariamente na qualidade de vida de suas populações.

Inserem, por essa razão, a Amazônia em nexos globais, reforçando a sua condição de região do fazer (SANTOS, 1995), ou seja, que executa, que obedece, e que não comanda os processos que nela se realizam. Pode-se dizer que as relações das cidades *na* floresta são de natureza mais vertical e de “solidariedade organizacional” e corporativa, demarcadas pelas hierarquizações e subordinações próprias das corporações e das estruturas de dominação e subordinação que marcam as relações de exploração do atual período histórico (SANTOS, 1996).

Servem, outrossim, de apoio à produção rural moderna e aos grandes investimentos de capitais no interior da região. Isso acontece com as cidades-empresa, criadas como formas de apoio logístico a grandes empreendimentos (TRINDADE JUNIOR; ROCHA, 2002), mas também, igualmente, com outras que surgiram ou cresceram para atender à dinâmica da produção do entorno voltada para as demandas e circuitos econômicos do capital em nível nacional e internacional, conforme acontece mais recentemente com o circuito da soja que adentrou no espaço regional amazônico.

Mesmo que definam uma interação com o entorno, tal interação passa a ser muito mais de negação do que de afirmação de práticas tradicionais. Por isso colocam em xeque a conservação e a preservação dos recursos naturais locais, que são vistos principalmente como mercadorias a serem exploradas sob a racionalidade capitalista. Uma forte pressão sobre a floresta e os seus recursos, portanto, é exercida por essas cidades e pelos interesses econômicos que estão por trás de seus dinamismos.

Diferentemente das cidades *da* floresta, que fazem das vias fluviais importantes espaços de conexão, as cidades *na* floresta, quando muito, têm os rios como espaços de circulação, contemplação e lazer. Isso porque, nelas está impregnada a cultura da estrada, da rodovia, que se traduz não apenas na principal forma de circulação das pessoas e dos produtos, mas igualmente na cultura local, a exemplo da música, da gastronomia, assim como nos valores e comportamentos de uma maneira geral.

Em visita a uma dessas cidades, pudemos apreendê-la da seguinte maneira:

mesmo que a sua toponímia se remeta a dois importantes cursos fluviais da Amazônia, são as rodovias que verdadeiramente conferem vida à pequena cidade e ao seu entorno. Assim, não é a cultura do rio que dá alma à sua população, mas a cultura da estrada. A poeira, o asfalto, os caminhões, as churrascarias e hoje

principalmente as atividades relacionadas aos agronegócios, são, dentre outros, os elementos que predominantemente se fazem presentes na paisagem intraurbana e rural do território municipal.

Ao percorrer a cidade, o que vejo são objetos e formas espaciais urbanas que nem um pouco me lembram as cidades ribeirinhas e as “cidades dos notáveis” presentes na Amazônia dos grandes rios. Nessa cidade surgida das rodovias não é a professora do fundamental, o vigário ou o juiz de direito os protagonistas da cena urbana. Como toda pequena “cidade econômica”, aqueles personagens dão lugar a outros sujeitos, especialmente os veterinários, os agrônomos, os técnicos agrícolas, os profissionais da zootecnia e tantos outros imprescindíveis ao funcionamento da economia local, a exemplo dos gerentes de bancos e financeiras e dos consultores e homens/mulheres de negócios ligados à produção agropecuária. Não por acaso, os cursos de graduação de destaque do campus da universidade federal ali instalado são aqueles responsáveis por formar veterinários e profissionais que trabalham com a zootecnia (TRINDADE JUNIOR, 2018b, p. 02).

Por fim, uma distinção importante quanto aos conteúdos rurais e urbanos dos dois tipos de cidades aqui mencionados. Se nas “cidades econômicas” e “corporativas” (SANTOS, 1993), a sociedade urbana (LEFEBVRE, 1999) se projeta com mais força, nas cidades mais tradicionais e pouco impactadas pelas transformações e pelas inserções globais, a sociedade rural não moderna permanece como uma forma de resistência.

Por isso, o modo de vida mais rural e enraizado, mesmo que mesclado a alguns elementos da vida urbana moderna, nas cidades *da* floresta, tendem a se tornar relevantes; o mesmo não sendo tão verdadeiro para as cidades *na* floresta, que tendem a assimilar em sua psicosfera, e mesmo em seus equipamentos urbanos e comunitários, elementos de uma vida metropolitana, que se difunde pontualmente nessas formas urbanas, adentrando o interior da região.

Como tipos ideais e abstratos, não se reconhece, evidentemente, tais cidades de maneira fácil; nem é intuito sugerir modelos para classificar de maneira muito mecânica a vida urbana que empiricamente se manifesta no espaço regional. De qualquer forma, é estimulante pensar o futuro de nossas cidades para além daquilo que hoje se apresenta, sem necessariamente concebê-las de maneira dicotômica e binária, como se uma negasse a outra; até mesmo porque uma só cidade pode ter atributos de um ou outro desses tipos ideais, demarcando forte hibridismos, sobreposições e, igualmente, tensões, que definem conflitos e formas contraditórias de planejamento e de gestão urbana.

Torna-se urgente, assim, falarmos cada vez mais de uma diversidade urbana regional, que é um convite para pensar, por outro lado, políticas urbanas diferenciadas para a Amazônia, de modo a nos distanciarmos de políticas-padrão que se impõem de maneira indistinta para todo o território brasileiro. E é isso que nos faz propor um terceiro elemento, fruto de um movimento dialético do pensar, e que busca ir além de uma simples e falsa polarização entre cidades *da* e *na* floresta.

### **3 CIDADES PARA A FLORESTA: HORIZONTES DE VIDA URBANA...**

Pensar as cidades *da* floresta como alguma coisa congelada no passado ou resgatá-las como utopia para o planejamento urbano, para as políticas urbanas, parece uma postura demasiadamente ingênua. Elas não estão imunes às influências externas e não são, em

nenhuma hipótese, marginais à difusão da modernidade do presente. De qualquer maneira, a vida cotidiana que nelas se realiza e permanece, é, de alguma forma, inspiradora; assim como, no seu oposto, possibilitam bons aprendizados as configurações, os impactos e as formas de gestão impostas pelas cidades *na* floresta.

É nesse sentido que se propõe um terceiro termo no intuito de conceber as cidades amazônicas como espaços mais humanos e de vivências cotidianas, tanto para quem mora nelas, como para aqueles não moradores que delas dependem. Em outros termos, significa potencializar suas virtudes, mas, ao mesmo tempo, fazê-las contemporâneas dos processos que na região se realizam, vislumbrando-as verdadeiramente como cidades *para* a floresta.

Isso implica em aprendizados e reconhecimentos de potencialidades que sinalizem para utopias de vidas mais humanas apoiadas em práticas cotidianas que nelas historicamente foram construídas e que não se deixaram aniquilar por processos avassaladores que chegam e que se impõem no espaço regional, como acontece com as novas formas de paisagismo urbano que se difundem no espaço amazônico e que pouco potencializam a natureza como estética e muito menos a vida urbana como legados históricos e culturais das práticas cotidianas imersas na dinâmica regional.

É nesse sentido que se pode indagar: é possível pensar em cidades para a floresta? Em caso positivo, como reconhecê-las? Que elementos caracterizariam suas paisagens? Quais seriam os seus conteúdos socioespaciais?

Para começar a responder tais perguntas, algumas sugestões teórico-conceituais podem ser aqui alinhavadas. Tella (2016), por exemplo, ao propor a ideia de centralidades cívicas, sugere atividades preexistentes e não a serem tão somente inventadas pelo planejamento. Nesse empreendimento consideram-se critérios de inclusão de usos culturais e de lazer e não apenas econômicos. Afora isso, capitaliza-se a rede de transporte público no sentido de promover acessibilidades e polifuncionalidades urbanas. Mais que concepções nodais de fluxos, portanto, esse tipo de centralidade define redes articuladas com funções administrativas, atendimento de demandas sociais, oferta de trabalhos e atividades culturais, dentre outras potencialidades que a aglomeração urbana pode proporcionar.

Nas políticas de ordenamento territorial impostas à região desde a segunda metade do século XX, pouca importância foi dada a esse tipo de centralidade, dada a relevância conferida àquelas outras de natureza marcadamente econômica. As cidades dos agronegócios, por exemplo, já estudadas por Elias (2011) em outras regiões, mas que também se fazem presentes na Amazônia, voltam-se precipuamente para as centralidades econômicas; isso porque são cidades que, inseridas nos espaços de produção e de consumo modernos, servem de apoio a uma complexa gama de fluxos mobilizados pelo chamado circuito superior da economia (SANTOS, 1979)<sup>3</sup>. Para aquela autora, as cidades dos agronegócios polarizam amplos espaços agrários dinâmicos, tornando-se centros urbanos que organizam esses mesmos espaços.

Assim, quando se pensam as centralidades econômicas do ponto de vista do planejamento e da gestão urbana, quase sempre o que se almeja é a indução de fluxos associados à economia de um circuito superior, especialmente aqueles voltados para os circuitos globais, conforme acontece com as cidades amazônicas dinamizadas pela mineração e pela produção e/ou circulação de produtos agrícolas.

Diferentemente, há uma miríade de cidades no interior da Amazônia que não necessariamente possuem seus fluxos associados a esses grandes mercados. Nesse caso, é desejável pensar a inclusão territorial, no plano intraurbano e inter-regional, por meio do estímulo a centralidades cívicas a partir delas.

Outro conceito de importante interesse para se vislumbrar cidades *para* a floresta, foi proposto por Bitoun (2009), que se refere à importância do que denominou de “cidades de responsabilidade territorial”. Tais cidades compreendem o urbano disperso e isolado do País, sendo os únicos espaços de apoio às populações relativamente isoladas de regiões como o Brasil central e a Amazônia, e, por isso, imprescindíveis para as populações que habitam essas porções do território nacional.

Responsabilidade territorial, portanto, compreende implicitamente a noção de centralidade cívica sugerida por Tella (2016). Ambas as noções pressupõem considerar a relação entre cidade e cidadania em detrimento do peso que normalmente se confere às centralidades de natureza econômica. De qualquer forma, esta última ganha também importância quando se pensa em ordenamento territorial amazônico e o papel assumido pelas cidades.

A dimensão econômica da centralidade, todavia, no sentido aqui postulado, não necessariamente precisa atender, como princípio, às demandas corporativas, fazendo da cidade, com isso, espaços de suporte somente dos grandes circuitos econômicos; fato que coloca a necessidade de repensar modelos de desenvolvimento para a região apoiados na exploração dos recursos da floresta.

Tomemos como exemplo o caso da atividade turística, cujas possibilidades de dinamismo podem ser vistas em várias escalas e sob diferentes naturezas. Normalmente, o incentivo a ser dado a essa atividade é o do turismo de massa, com apelo global; razão que se leva a postular sempre a instalação de grandes cadeias de hotel e de serviços, inclusos os de transporte, como o aéreo e os navios transatlânticos, que colocam essa atividade como de significativo impacto nas realidades locais.

A vida cotidiana na Amazônia, por outro lado, possui uma dinâmica local e regional cuja presença de visitantes nas diversas cidades e localidades com potenciais turísticos sugerem incentivo e apoio ao turismo de menor escala, de pequenos mas regulares circuitos econômicos que atendem a duas necessidades: a dos visitantes, a baixo custo; e o das populações receptoras, com a geração complementar de trabalho e renda. Isso tudo por meio da promoção aos visitantes de vivências e interações socioculturais e com a natureza que sejam de baixo ou mesmo de nenhum impacto negativo.

Nesse caso, além das centralidades cívicas (TELLA, 2016), há que se pensar em outro perfil das centralidades econômicas capazes de ratificar a importância de algumas cidades que, dentro do contexto regional, já assumem o papel de cidades de responsabilidade territorial (BITOUN, 2009).

Essa concepção de espaço reforça o que propôs há algum tempo Santos (1987) quanto à urgência de uma outra lógica de ordenamento territorial para o espaço brasileiro. Isto porque, historicamente, o que se tem em relação ao território é o comando de processos político-econômicos que negligenciam de forma proposital um ordenamento cívico-territorial. Em consequência, veem-se territórios vazios de cidadãos, como se neles não vivesse ninguém, uma vez que, ao longo do processo de produção de espaços como a Amazônia, toda a ordem espacial buscou atender a demandas econômicas externas ou a determinados interesses de apropriação política do espaço.

Um novo modelo de ordenamento territorial, de natureza cívica, cidadã, portanto, requer pensar os pequenos circuitos econômicos – circuito inferior (SANTOS, 1979) e circuito superior marginal da economia (SANTOS, 1994)<sup>4</sup> – e as necessidades sociais e culturais, por meio dos quais as demandas cidadãs e dos habitantes locais ganhassem protagonismo, reforçando, por exemplo, centralidades em cidades pouco inseridas nas lógicas dominantes de mercado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cidades *da* floresta e cidades *na* floresta são apenas tipos ideais, são abstrações. As primeiras, são resíduos de uma vida urbana do passado e que estão em mutação; as segundas, são pontuais e inserem espaços específicos no meio técnico-científico informacional (SANTOS, 1996).

Diante disso, resta refletir a condição futura de nossas cidades, que possam se voltar para atender em primeiro plano às demandas cidadãs locais, e que nos levem a falarmos metaforicamente de cidades *para* a floresta. Nessa direção, é importante sinalizar para alguns elementos a fim de que possamos pensar tais cidades para a Amazônia.

Primeiramente seriam cidades voltadas para o atendimento das demandas dos povos que habitam e que vivenciam a floresta como um bioma, evidentemente, mas também como um espaço social, com suas relações sociais e práticas econômicas e culturais. Considerar essa possibilidade significa, principalmente, evitar a ruptura com a natureza, expressa na interação cotidiana herdada de muitos anos e que resguarda os recursos que dela fazem parte.

Essa possibilidade de interação requer, por outro lado, projetar uma arquitetura e um paisagismo capazes de definir um outro urbanismo associado a essa relação há séculos estabelecida entre o homem e seu ambiente, e considerando, dentre outros, os materiais locais, a sazonalidade das águas, o tipo climático, as funcionalidades estabelecidas por meio das vivências cotidianas e também a estética, traduzida nas formas espaciais, nas cores utilizadas e nas identidades culturais locais. Esse outro urbanismo poderia se prestar, outrossim, à possibilidade de um turismo menos avassalador e de maior aprendizado dos que vêm de fora com as práticas e vivências cotidianas internas.

Aqui se busca levar em conta o elemento cultural, associado aos demais elementos que definem os diversos espaços locais no interior da região. Nesse sentido, o potencial dessas cidades pode ser traduzido através de importantes elementos patrimoniais que neles se fazem presentes com certa força de permanência. De maneira diferente, o modelo econômico que domina o ordenamento territorial regional tende a estandardizar essas culturas a pretexto de sua valorização e de inserir os espaços locais em circuitos econômicos mais competitivos.

Exemplo disso é a cultura do boi-bumbá que está presente em vários locais do espaço regional e que traduz uma herança dos migrantes nordestinos que se dirigiram para a Amazônia em ciclos e trajetórias de mobilidades diversas desde a época do apogeu da extração da borracha. Tais heranças tendem a ser apagadas por essas culturas globalizadas, estandardizadas. Afora isso, as cidades devem se prestar a ser espaços de apoio a determinadas demandas de seu entorno. E aqui nos referimos a serviços e atividades diversas, que possam ser distribuídos para lugares onde os fluxos de mercado não são tão favoráveis, conforme sustenta Venceslau (2017).

O autor em referência mostra uma correspondência entre a topologia do serviço postal brasileiro de Correios como um serviço público e o modelo cívico do território proposto por Santos (1987), que serve de bom exemplo para pensar o papel de algumas cidades amazônicas. Na sua argumentação, ao se instalarem agências com esse serviço em diferentes espaços do território nacional, criam-se unidades de atendimento em cidades, vilas e áreas rurais mesmo quando economicamente os lucros da unidade implantada não cobrem necessariamente as despesas de seu funcionamento. Em contraponto, é esse tipo de lógica de ordenamento territorial que garante a entrega domiciliar postal em todos os

escalões da rede urbana, desde as metrópoles até as cidades ribeirinhas da Amazônia, assegurando, com isso, um serviço público universal.

O mesmo pode se falar quanto à importância dos bancos com capitais públicos (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco da Amazônia, bancos públicos estaduais) e linhas de crédito específicas para a demanda de agentes intimamente vinculados ao circuito inferior da economia (SANTOS, 1979), cujas possibilidades de créditos e de apoio financeiro não pode ser encontrado facilmente na iniciativa privada.

Outra particularidade de nossas cidades amazônicas é a presença de uma população indígena, de populações extrativistas, de pequenos produtores agrícolas etc. que têm muitas de suas demandas cotidianas atendidas nas pequenas e médias cidades próximas aos seus locais de produção econômica e de reprodução sociocultural e que, por isso, precisam de serviços específicos instalados nessas mesmas cidades, assim como, algumas vezes, de espaços de acolhimento e de hospedagem próximos aos serviços de que precisam, como acontece com as populações indígenas.

Nesse caso, tais populações criam fluxos regulares relacionados a suas demandas, reafirmando as centralidades cívicas de que falávamos anteriormente nessas cidades de apoio, ratificando o forte vínculo delas para com a floresta. Trata-se, nesse caso, de demandas de natureza socioculturais diversas que acabam por definir centralidades de outras naturezas que não a econômica, podendo ser mesmo definidas como centralidades socioterritoriais (TRINDADE JUNIOR, 2018a).

Em se tratando de cidades *para* a floresta, não se postulam cidades modelares a serem criadas, como se pensou ao se conceberem as cidades *na* floresta, mas, antes de tudo, cidades que, de fato, de alguma maneira já existem, e cujos conteúdos, objetos e formas espaciais têm sido pouco potencializados ou que têm sido invisibilizadas nas políticas públicas que se voltam para o espaço regional.

O reconhecimento de vivências e práticas cidadãs, se traduzidas em formas espaciais urbanas que reforcem esses conteúdos de sociabilidades e de qualidade de vida já existentes, garantirão cidades mais articuladas à região que a espaço extra locais, mais voltadas à garantia de direitos aos que nela vivem ou dela dependem que a mercados econômicos globalizados. Seriam, em outros termos, espaços urbanos pensados precipuamente para a região, para os que nelas vivem e para as populações locais e regionais que delas dependem imediata e diretamente; por isso seriam, de fato, cidades *para* a floresta.

## NOTAS

2 Este trabalho resulta de sistematizações relacionadas aos projetos de pesquisa “Um olhar geográfico em perspectiva: a Amazônia na abordagem do espaço como instância social” e “Geografias e epistemologias do Sul: Amazônia, olhares críticos em perspectiva”, desenvolvidos como parte das atividades de bolsa de produtividade de pesquisa do CNPq. Outras aproximações das ideias aqui apresentadas foram sistematizadas em Trindade Junior (2013, 2014, 2015a, 2015b, 2018a), Trindade Junior *et al.* (2014) e em Trindade Junior e Madeira (2016).

3 Conceitualmente, Santos (1979) propõe inicialmente a existência de dois circuitos nas economias urbanas ditas subdesenvolvidas. Tais circuitos, o superior e o inferior, seriam definidos por um conjunto de atividades realizadas em determinados contextos, por populações a eles ligadas tanto pelas atividades desenvolvidas, quanto pelos tipos de consumo praticados. O circuito superior seria um resultado direto da modernização tecnológica e de uma mais elevada mobilização e composição orgânica de capital, ao

passo que o circuito inferior seria um resultado indireto dessa modernização, de maior mobilização de trabalho e de baixos investimentos de capital; sendo o primeiro constituído por formas de produção, comércios e serviços de grande escala, e o segundo por atividades diversas de produção, comércio e serviços, mas de pequena escala.

4 Misto de dois outros circuitos apresentados anteriormente por Santos (1979), o inferior e o superior, o circuito superior marginal (SANTOS, 1994) configura-se por ser menos moderno seja do ponto de vista tecnológico, seja do organizacional, ainda que venha a suprir uma demanda incapaz de suscitar atividades modernas por excelência. Incluem-se nesse circuito firmas médias e pequenas que ocupam um lugar estratégico pouco atrativo ao grande capital.

## REFERÊNCIAS

- BECKER, B. Fronteira e urbanização repensadas. *In*: BECKER, B.; MACHADO, M.; MACHADO, L. O. (orgs.). **Fronteira amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília: UnB, 1990. p. 131-144.
- BITOUN, J. Tipologia das cidades brasileiras e políticas territoriais: pistas para reflexão. *In*: BITOUN, J.; MIRANDA, L. (org.). **Desenvolvimento e cidades no Brasil**: contribuições para o debate sobre as políticas territoriais. Recife: FASE, 2009. p. 17-44.
- ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 153-167, nov. 2011.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.
- LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- OLIVEIRA, J. A. **Cidades na selva**. Manaus: Valer, 2000.
- SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Francisco Alves, 1979.
- SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.
- SANTOS, M. Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial. *In*: CASTRO, Edna Maria Ramos de; MOURA, Edila; MAIA, Maria Lúcia (Orgs.). **Industrialização e grandes projetos**: desorganização e reorganização do espaço. Belém: EDUFPA, 1995. p. 13-20.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988. (Col. Geografia: Teoria e Realidade, 16).
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, M. **Por uma economia política da cidade**: o caso de São Paulo. São Paulo: Hucitec/Educ, 1994. (Coleção Estudos Urbanos, 6).
- SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- TELLA, G. Construindo centralidades cívicas: estratégias de articulação espacial e funcional. **ArchDaily Brasil**, São Paulo, Artigos, 07 jun. 2016. Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/789011/construindo-centralidades-civicas-estrategias-de-articulacao-espacial-e-funcional>. Acesso em: 05 jul. 2019.
- TRINDADE JUNIOR, S.-C. C. da. **Alenquer**: portuguesa e da floresta... Belém: NAEA/UFPA, 2017. (mimeo.).
- TRINDADE JUNIOR, S.-C. C. da. Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”: espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. **Papers do NAEA**, Belém, n. 321, p. 1-22, dez. 2013.

TRINDADE JUNIOR, S.-C. C. da. Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”: espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. *In*: LIMONAD, E.; CASTRO, E. (orgs.). **Um novo planejamento para um novo Brasil?** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. p. 273-294

TRINDADE JUNIOR, S.-C. C. da. Entre “solidariedades orgânicas” e “solidariedades organizacionais”: pensando as cidades médias da Amazônia. *In*: DIAS, P.; BRANDÃO, P. R. (orgs.). **Cidades médias e pequenas: dinâmicas espaciais, contradições e perspectivas na relação cidade-campo.** Salvador: SEI, 2015a. p. 51-69.

TRINDADE JUNIOR, S.-C. C. da. Pensando a modernização do território e a urbanização difusa na Amazônia. **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 4, número especial, p. 93-106, dez. 2015b.

TRINDADE JUNIOR, S.-C. C. da. Por outras centralidades: pensando especificidades e particularidades da cidade e do urbano no Brasil. *In*: SERPA, Ângelo; CARLOS, Ana Fani (Orgs.). **Geografia urbana: desafios teóricos contemporâneos.** Salvador: Edufba, 2018a. p. 249-266.

TRINDADE JUNIOR, S.-C. C. da. **Xinguara: entroncamento de vidas e de esperanças...** Belém: NAEA/UFPA, 2018b. (mimeo.).

TRINDADE JUNIOR, S.-C. C. da *et al.* **Atlas escolar: Pará, espaço geo-histórico e cultural.** João Pessoa: Grafset, 2014.

TRINDADE JUNIOR, S.-C. C. da; MADEIRA, W. do V. Polos, eixos e zonas: cidades e ordenamento territorial na Amazônia. **Pracs: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, Macapá**, v. 9, n. 1, p. 37-54, jul. 2016.

TRINDADE JUNIOR, S.-C. C. da; ROCHA, G. de M. (orgs.). **Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local.** Belém: Paka-Tatu, 2002.

VENCESLAU, Igor. **Correios, logística e uso do território: o serviço de encomenda expressa no Brasil.** 2017. 250f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.